



Em defesa da natureza

O Projeto de conversão da Medida Provisória 1.956-49, relatado pelo deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), aprovado por 10 votos a 3 por uma Comissão Mista do Congresso Nacional, contra os votos da Senadora Marina Silva (PT-AC), do Deputado Marcos Afonso (PT-AC) e do Deputado Jorge Costa (PMDB-PA), representa uma grave ameaça às florestas brasileiras e é emblemático no que diz respeito aos métodos utilizados pelo governo FHC. Sua aprovação foi negociada com a bancada ruralista em troca de apoio ao Salário Mínimo de 151 Reais.

O texto aprovado libera o proprietário de recompor as matas ciliares, topos de morros, margens de lagos, de represas e de nascentes. Pelo relatório ruralista a Reserva Legal passa a ter função meramente econômica, deixando de lado os serviços ambientais importantes, inclusive para a atividade agrícola. A proposta permite a recomposição com espécies exóticas (eucaliptos).

O substitutivo, caso venha a ser aprovado pelo plenário, implicaria a redução de 80% para 50% de reserva legal na Amazônia. Esse percentual poderia se reduzir a 20% nos estados que adotaram o zoneamento ecológico-econômico. Ele permitiria ainda a redução de 35% para 20% de reserva legal dos cerrados dos estados do Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Goiás.

Outro dispositivo nocivo é aquele que isenta de reserva legal em propriedades até 25 hectares. Isto representaria o fim dos últimos 7% que restam de Mata Atlântica. E permitiria a devastação completa de Estados como Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde 50% das propriedades têm menos de 25 hectares.

Finalmente, a proposta Micheletto obriga a celebração de acordo com promotores de ação (Ministério Público ou entidades sociais), em relação a danos ambientais causados.

Esse projeto danoso pode vir a ser votado no próximo dia 24. A declaração de FHC de que o veto caso viesse a ser aprovado não merece crédito. Os métodos fisiológicos do Planalto não deixam



CÂMARA DOS DEPUTADOS

dúvidas. Ali tudo é negociável. Até a palavra do Ministro do Meio Ambiente que formalmente apoiava o projeto do CONAMA, mas que na prática foi abandonado por seus colegas do setor político.

Impedir a aprovação deste projeto pernicioso é dever de todos, as Bancadas do PT na Câmara e no Senado conclamam todas as entidades, preocupadas com a defesa do meio-ambiente, para se mobilizarem e para chamar a atenção da opinião pública para o crime que está sendo tramado no parlamento.

Só a pressão da sociedade e de suas organizações poderá impedir que o Congresso aprove este projeto míope, que funciona como um símbolo do caráter predatório e arrivista das elites coloniais, que infelicitam este País e escandalizam o mundo.

Brasília, 16 de maio de 2000

Deputado Aloizio Mercadante
Líder do PT na Câmara

Senadora Heloisa Helena
Líder do PT no Senado